

Por Luiz Gustavo Xavier

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou proposta que obriga fiador ou avalista a fazer seguro para coibir eventuais prejuízos (PL 6734/16). O projeto do deputado Dr. Sinval Malheiros (Pode-SP) altera o Código Civil (Lei 10.406/02).

O texto atual da lei diz que, pelo contrato de fiança, uma pessoa se compromete a cumprir obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra. O texto acrescenta dispositivo vedando à pessoa natural prestar fiança sem seguro vinculado ao respectivo contrato.

O relator, deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), recomendou a rejeição da proposta. Segundo ele, a obrigatoriedade de seguro para avalistas e fiadores vai gerar mais um custo para o tomador do crédito.

“Tal custo tende a ser expressivo, uma vez que nunca houve no Brasil esse tipo de seguro. Como não há dados históricos que permitam estimar o valor das apólices, a tendência é fixar taxas elevadas”, disse Ihoshi.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA: [PL-6734/2016](#)

Fonte: Agência Câmara Notícias, em 10.11.2017.